

Artigos Originais

AVALIAÇÃO: INDICADOR DE DESEMPENHO DO ALUNO OU DA ESCOLA?

Original Articles

RATING: A STUDENT ACHIEVEMENT INDICATOR OR SCHOOL ACHIEVEMENT INDICATOR?

Manoel Ambrósio de Souza*

<http://lattes.cnpq.br/0008954141245689>

Helen Barbosa Raiz Engler**

<http://lattes.cnpq.br/6112552238222632>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)    

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar as concepções da avaliação entre alunos e as instituições de ensino, buscando perceber a avaliação como atividade constante e integradora do processo de aprendizagem. Iremos analisar a avaliação inicialmente como indicador de desempenho do aluno, principalmente os matriculados no ensino fundamental e médio das Escolas Estaduais e no segundo momento os indicadores de desempenho da escola, através da Lei Federal N.º 5.692/1971 e da LDB 9.394/1996, momento em que analisaremos a introdução e permanência do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP. Nas Considerações finais, destacamos que a avaliação deve ser um processo de ensino-aprendizagem na qual a escola tenha compromisso no desenvolvimento intelectual do aluno, para que estes estejam capacitados para melhorar a qualidade da escola.

Palavras-chave: educação. políticas educacionais. avaliação.

ABSTRACT: The goal of this article is to analyze the conceptions of evaluation between students and educational institutions, trying to perceive the evaluation as a constant and integrational activity in learning process. We will examine the evaluation at first place as a student performance indicator especially those who are entered in the primary and secondary colleges of the State and, at a second moment, the schools performance indicators through the Federal Law 5.692/1971 and LDB 9.394/1996 the moment which we will analyse the introduction and the perseverance of the System Evaluation of Educational Achievement of the State of Sao Paulo - SARESP. In the final considerations, we detached that the evaluation must be a teaching-learning process in which the

* Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e membro do Núcleo de Pesquisa "Mentalidade e Trabalho: do local ao global" da Unesp – Campus de Franca; Avenida Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900 - Jardim Doutor Antônio Petrágliã - 14409-160 - Franca/SP; (16)3711-9553 e Home Page: www.franca.unesp.br, e-mail: ambrosio_tributos@franca.sp.gov.br.

** Docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Pesquisadora Líder e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa "Mentalidade e Trabalho: do local ao global" da Unesp – Campus de Franca; Avenida Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900 - Jardim Doutor Antônio Petrágliã - 14409-160 - Franca/SP; (16)3706-8701 e e-mail: helenengler@hotmail.com.

school must have the pledge in student intelectual development so that these be able to improve the school quality.

Keywords: education. educational policies. evaluation.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na década de 1970 a visão do Estado em relação às políticas públicas de educação no tocante ao tema da avaliação, entendia que a avaliação do rendimento escolar cabia em verificar o aprendizado do aluno, sendo que nas décadas de 1.980 e 1.990 é que surge a perspectiva sistêmica em relação á avaliação, de que não apenas o aluno deve ser avaliado, mas a escola como um todo. Esta mudança no enfoque da avaliação tem a ver com a ideologia que o Estado defendia na época da ditadura militar (1964-1985), e as concepções de educação inspiradas após a constituição de 1988, na qual todos têm sua participação na Educação dos alunos.

AVALIAÇÃO COMO INDICADORES DE DESEMPENHO DO ALUNO

Intramuros escolares a avaliação faz parte do processo ensino-aprendizagem, e cabe ao professor responsável pela disciplina, (principalmente os lotados no ensino fundamental e médio) preparar as avaliações, aplicar as provas, corrigir todas, mensurar e aplicar as notas e devolver as provas aos alunos com as devidas anotações e retomar os conteúdos se for o caso. Raramente encontramos um professor que não se preocupe com a avaliação. Pois a avaliação é tarefa importante e comparável à complexidade e dificuldade que lhe são inerentes.

Mas para a definição básica sobre avaliação, descrevemos duas conceituações, segundo o artigo sobre avaliação Palma Filho cita os atores de destaque:

Optamos por duas conceituações, uma mais abrangente (KEMMIS, 1986) e outra mais específica, com foco no processo ensino e aprendizagem (CARDINET, 1986 p.13). Para o primeiro, avaliação é o processo de projetar, obter, conferir e organizar informações e argumentos, que permitam as pessoas e grupos interessados, participar no debate crítico sobre um programa específico. (PALMA FILHO, 2007, P. 68).

Afunilando um pouco mais o nosso espectro de análise, chegamos a definição formulada por Cardinet (1986, p. 13), para quem, a avaliação é um processo de observação e de interpretação dos efeitos do ensino, que visa orientar as decisões necessárias ao bom funcionamento da escola. (PALMA FILHO, 2007, P. 69).

Avaliar é emitir um juízo de valor sobre algo ou alguém de acordo com um padrão de qualidade, estabelecido anteriormente, essa avaliação se faz através da comparação entre os resultados esperados e os encontrados. Trata-se de uma necessidade fundamentada no valor dado ao processo de avaliação para o alcance de uma prática educativa competente, ou seja, que atenda a determinados objetivos, conforme explicitado por Santos & Varela:

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual se baseie o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, torná-la eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo. (SANTOS & VARELA, 2007, p.5).

Ratificando esse conceito, Luckesi afirma que:

Avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. (LUCKESI, 2002, p.33).

Quanto a objetivos, conteúdos, procedimentos, mas decidir o que e como avaliar exige muitas habilidades, além de dominar os conteúdos e as ferramentas avaliativas, a compreensão da totalidade que representam os alunos, a escola, o professor e os funcionários e a família destes alunos.

TIPOS DE AVALIAÇÃO

Quanto aos tipos de avaliação, entre os muitos autores, alguns como Haydt (2000), Luckesi (2002), Sant'Anna (1988) Perrenoud (1999), que se dedicam a estudar a avaliação, classificam-na em três modalidades: a somativa (de classificação), a formativa (de controle) e a diagnóstica (de diagnóstico). Como estamos tratando da avaliação feita pelo professor, é fundamental que este domine os tipos de avaliação para tirar melhor proveito da avaliação em cada situação específica.

A AVALIAÇÃO SOMATIVA OU CLASSIFICATÓRIA,

Avaliação somativa, é um Processo de avaliação final, após a aplicação de um programa instrucional, com o intuito de classificá-la, de acordo com HAYDT (2000), tem como objetivo principal “classificar, ao final de um período, seja semestral, bimestral ou anual, o aluno avaliado determinando a avaliação ou a reavaliação”, ou seja, está vinculada ao conceito de medida.

A avaliação somativa é a avaliação tradicional, onde através de um processo de descrição e julgamento o professor classifica os alunos ao final de uma unidade, semestre ou curso.

A AVALIAÇÃO FORMATIVA

Avaliação formativa, é um Processo de avaliação realizado durante um processo educativo visando aperfeiçoá-lo. Tem como propósito ajudar o aluno a aprender para poder atingir os objetivos propostos, e se realiza através de diagnósticos que apontem os conhecimentos prévios do aprendiz sobre o conteúdo a ser ministrado, aquilo que efetivamente aprendeu no decorrer das aulas e as dificuldades que ainda persistem.

Ao professor, a avaliação formativa direciona o trabalho, tendo em vista o processo ensino-aprendizagem, possibilitando, assim, uma contínua reformulação até que sejam alcançados os objetivos pré-estabelecidos. De acordo com SANT'ANNA (1988), “a avaliação formativa informa o professor e o aluno sobre os resultados obtidos durante o desenvolvimento das atividades”.

A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica consiste na sondagem do conhecimento já adquirido pelo aluno, oferecendo informações sobre o que aprendeu e sobre a forma como se deu o aprendizado. Por meio da verificação do nível do aprendizado adquirido, torna-se possível traçar os próximos passos para solucionar as deficiências detectadas.

Através dos resultados encontrados nesse tipo de avaliação, professores e alunos podem rever os planos de ação, buscando a justa medida pedagógica para

cada defasagem. Para que a avaliação diagnóstica favoreça a aprendizagem, deverá ocorrer no início de cada etapa, na introdução de novo conteúdo, ciclo, etc.,

AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Em relação à concepção de Avaliação: temos dois tipos de avaliação: interna e externa. No que diz respeito à avaliação interna, é a realizada no interior da escola durante o ano letivo, e através da avaliação dos conteúdos, o professor avalia seus alunos. A avaliação externa vem pronta e de fora da escola, onde o avaliador realiza uma avaliação em toda a rede de ensino, mensurado através do rendimento dos alunos em avaliação aplicadas por exemplo em toda rede pública estadual.

PARA QUE AVALIAR, O QUE AVALIAR E COMO AVALIAR

Para realizar uma avaliação do rendimento escolar, que mostre o compromisso da escola com o desenvolvimento intelectual do aluno, estas três questões devem nortear o trabalho docente: Para que avaliar, o que avaliar e como avaliar.

Para que avaliar?

Ao professor é primordial perceber o desenvolvimento intelectual de seus alunos, sendo que esta percepção deve ser realizada pela avaliação para verificação do aprendizado, cabendo aqui várias questões: avaliar para identificar necessidades e prioridades, para perceber se o aluno está seguindo o percurso metodológico, numa autoavaliação verificar o enfoque na transmissão de conteúdos, para aceleração de estudos de alunos com atraso escolar; para analisar estudos de recuperação. Para identificar quais as dificuldades e os sucessos dos alunos.

O que avaliar?

Ao professor é necessário perceber o que é avaliar, pois devido a suas complexidades, a avaliação deve estar focada no ensino desenvolvido em sala de aula; Devem-se avaliar também as experiências dos alunos fora da sala de aula; Analisar o comportamento e os resultados do aluno em avaliações padronizadas nacionalmente,

Aos professores também é colocado o dilema “conhecimento versus competência”, e neste quesito a escola deve conduzir o aluno a adquirir conhecimento e a desenvolver competências, levantando uma questão pontual do ensino e relacionada a como avaliar o conhecimento e a competência. O professor deve ter claro que o desenvolvimento de competências ocorre somente com a aquisição de conteúdos, já a aquisição de conteúdos não garante o desenvolvimento de competências.

Como avaliar?

Avaliar não é apenas medir o conhecimento é diagnosticar o que o aluno está fazendo com os conteúdos recebidos, neste sentido avaliar envolve o levantamento de informações sobre a aprendizagem dos alunos que devem ser analisadas considerando os critérios e objetivos do plano de ensino. A avaliação faz parte do processo de aprendizagem, portanto é necessário ter uma devolutiva da avaliação para o aluno, pois assim o aluno aprende com a avaliação.

AValiação como indicadores de desempenho da escola

A parte teórica da avaliação é a mesma para a avaliação da escola e dos alunos, diferente é a forma como é planejada e aplicada, diferente é a política educacional usada, a legislação vigente, e diferente são os indicadores que buscam um tipo e outro.

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA LEI FEDERAL 5.692/1971 E LDB 9.394/1996.

Inicialmente cabe analisar a Lei Federal N.º 5.692, sancionada em 11 de agosto de 1971, em plena ditadura militar, e esta lei fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e no artigo 14, legisla sobre a avaliação.

Art. 14 A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da avaliação final, caso esta seja exigida.

§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter a avaliação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

§ 3º Ter-se-á como avaliação quanto à assiduidade:

- a) o aluno de freqüência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;
- b) o aluno de freqüência inferior a 75% que tenha obtido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento;
- c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com freqüência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

§ 4º Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento. (LEI FEDERAL N.º 5.692/1971).

Num período de 25 anos e após tantas mudanças significativas no Brasil, a nova Lei de Diretrizes e bases da educação, pouco acrescenta em termos de alterações no artigo sobre a avaliação, a LDB de 1996, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 24, trata sobre a avaliação:

Art. 24º. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais avaliações finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; (LDB 9.394/1996).

A principal inovação no campo da avaliação fica por conta do artigo 9.º, Parágrafo VI que instituiu a avaliação nacional da educação básica a ser realizada pelo MEC em colaboração com os sistemas de ensino, através do SAEB, vejamos o artigo da LDB 9.394/96:

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; (LDB 9.394/1996).

Desta forma percebemos que a Lei Federal N.º 5.692/71, preocupava-se apenas com a avaliação do rendimento escolar do aluno, sendo que nas décadas de

1.980 e 1.990 que vão surgindo à perspectiva sistêmica em relação à avaliação, de que não apenas o aluno deve ser avaliado, mas a escola como um todo.

A constituição de 1.988 consagrou o regime de colaboração entre estados e municípios na oferta de ensino fundamental e médio e proporcionou a autonomia desses níveis na formulação de suas próprias políticas educacionais, através da descentralização. A questão da descentralização versus centralização da educação nas políticas educacionais brasileiras vem de um período de longa duração iniciado em 1.834 até os dias atuais, na qual os períodos centralizadores e descentralizadores não são relações de continuidade e sim de ruptura, sendo muito apropriada à colocação de David, sobre a descentralização:

A descentralização administrativa na Constituição de 1988, na mesma proporção das constituições que a precederam, consubstancia-se na transferência de poder decisório aos estados, municípios ou órgãos locais que, como recorrente, dado mesmo o próprio processo de retomada democrática, alinha-se à conjugação da participação popular que tem na chamada democracia representativa seu novo modelo de gestão. No entanto, a articulação entre descentralização e democracia, só pode ser entendida na plataforma da tradição do fazer política no Brasil, totalmente atrelado às concepções de poder, como reflexo do autoritarismo que delineou o perfil da sociedade brasileira desde os primórdios da colonização. (DAVID, 2009, P. 119).

Conforme citamos anteriormente o artigo 9.º, Parágrafo VI da LDB 9.394/96, instituiu o sistema de avaliação nacional. Com relação à educação básica o sistema de avaliação é anterior à própria LDB, pois a primeira avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB ocorre em 1990, mas sua importância e disseminação ocorrem após a LDB de 1996, e para isso analisaremos o SARESP.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO –SARESP

Para falar sobre o SARESP, é necessário fazer uma introdução dos motivos para o Estado de São Paulo decidir por sua introdução e importância no período histórico em que surgiu, particularmente pelas mudanças econômicas introduzidas no Brasil, e que irão afetar toda a economia nacional e também a área da Educação.

No Brasil o Modelo econômico neoliberal e globalizante adentram ao país a partir de 1990, com a ascensão ao poder do Presidente Fernando Collor de Mello,

ocasião onde se intensificam seus efeitos, pois a modernização do país traz consigo a descentralização, a privatização e a focalização nas políticas educacionais.

A condução da política neoliberal provoca o impacto da economia mundial na educação, vinculada à necessidade dos governos de obter dados sobre o desempenho das escolas que, na perspectiva da globalização, devem estar ligadas às necessidades econômicas, sendo que a implantação dos sistemas de avaliação uma das conseqüências desta política globalizante.

Analisando a política educacional do Estado de São Paulo, este inicia seu sistema de avaliação, intitulado “Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP”, sendo a primeira avaliação do SARESP no ano de 1996 e as avaliações são anuais. De acordo com a Secretaria de Educação do governo de São Paulo, o objetivo principal do SARESP é obter indicadores educacionais que permitam subsidiar a elaboração de propostas de intervenção técnico-pedagógica em toda a rede estadual de ensino, priorizando atingir uma melhora da sua qualidade e corrigir as eventuais distorções detectadas, segundo seus próprios documentos, o SARESP se descreve como:

a) objetivos gerais:

- O estabelecimento de uma cultura avaliativa no Estado de São Paulo.
- Desenvolver um sistema de avaliação de desempenho dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio do Estado de São Paulo, que subsidie a Secretaria da Educação na tomada de decisão quanto à Política Educacional do Estado.
- O estabelecimento de competência institucional na área da avaliação;
- A retirada do caráter punitivo das avaliações, pois este concebe a avaliação enquanto meio para identificar os pontos curriculares críticos;
- Verificar o desempenho dos alunos nas séries dos ensinos Fundamental e Médio, nos diferentes componentes curriculares, de modo a fornecer ao sistema de ensino e às equipes técnico-pedagógicas, das Delegacias de Ensino e das escolas informações que subsidiem: a) a capacitação dos docentes; b) a orientação da proposta pedagógica desses níveis de ensino, de modo a aprimorá-la; c) realizar a articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, a capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada Escola, em especial a correção do fluxo escolar. (SARESP, 2004).

E aqui são explanados quais são os componentes curriculares que são avaliados pelo SARESP, Língua Portuguesa e Matemática:

b) objetivos específicos:

- Fornecer dados que possibilitem a consolidação ou o redimensionamento das decisões da Escola e o aprofundamento da reflexão em termos de suas metas e ações, no ano e ao longo dos anos.
- Identificar, atualmente nos componentes curriculares de Língua

Portuguesa, Matemática, aspectos curriculares críticos que demandem intervenção imediata e prioritária de professores, escolas, Delegacias de Ensino e de todo o sistema educacional.

- Obter informações sobre fatores intervenientes relativos ao Desempenho escolar, estabelecendo relações entre eles - por exemplo, entre as características da Escola e os interesses dos alunos. (SARESP, 2004).

O sistema de avaliação usado pelo SARESP conjuga a avaliação somativa, colhida pelos resultados de todo o sistema no final do ciclo, com a avaliação formativa, desenvolvida nas escolas e delegacias de ensino, assim o SARESP trabalha com dois instrumentos de avaliação:

O primeiro é uma avaliação, contendo 30 questões objetivas e um tema para redação, do tipo narrativo-descritivo para o Ensino Fundamental, e dissertativo-argumentativo para o Ensino Médio; essa avaliação é elaborada em mais de uma versão, visto que as classes a serem avaliadas são oferecidas na Rede Estadual de Ensino nos três períodos (manhã, tarde e noite), de forma que se utilizem questões diferentes, porém equivalentes para a mesma série, em turnos diversos.

O segundo, um questionário destinado aos discentes, tem como objetivo traçar o perfil dos alunos da rede e detectar possíveis entraves ao seu desempenho escolar, avaliando seu contexto socioeconômico e cultural, sua vida escolar, sua visão sobre o trabalho pedagógico dos docentes, sobre a gestão escolar e a participação nos projetos da Secretaria de Educação.

O processo de aplicação da avaliação tem a seguinte dinâmica: toda a avaliação do SARESP no Estado de São Paulo é feita no mesmo dia, sob a fiscalização de um elemento neutro, um fiscal de aplicação da avaliação e ocorre uma troca entre os professores da rede escolar, para que o professor aplicador da avaliação não seja daquela escola que ele leciona, também participa da avaliação o diretor da unidade escolar, que permanece na escola, pois responde por ela. Os alunos continuam alocados nos respectivos lugares, mesma classe e mesmo horário.

Ao final do processo avaliativo (no ano seguinte ao da aplicação da avaliação) é emitido pela Secretaria da Educação um boletim intitulado “Boletim da escola”, que permite a escola analisar e comparar seu desempenho, pois o boletim situa a escola em relação a toda a rede estadual, em relação aos municípios da região da Diretoria de Ensino, e em relação às escolas do Município.

A partir de 2005 foram criados dois novos instrumentos de avaliação para a educação básica: IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), pelo governo federal e o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), pelo governo estadual, além da Prova Brasil que avalia o nível de alfabetização de crianças em idade de 7 e 8 anos.

Observa-se, portanto, que há um grande número de instrumentos de avaliação externa das escolas. Em relação ao SAEB, tanto o IDEB quanto o IDESP caracterizam-se por medir não apenas o desempenho em Português e Matemática, mas combinam esses indicadores com índices de produtividade das escolas, ou seja, leva em consideração o percentual de repetência.

Com relação à junção do SAEB, do SARESP e da Prova Brasil; Palma Filho nos coloca sua importância, através do projeto Teia do Saber.

Com base em informações colhidas pelas avaliações feitas pelo SARESP e pelo SAEB, seleciona alguns temas que deverão compor as ações desenvolvidas na TEIA DO SABER, entre outros: alfabetização e letramento; alfabetização científica e matemática; a arte como conhecimento humano sensível-cognitivo (considero este um ponto forte da programação proposta, pois resgata o papel que arte pode desempenhar no campo da cognição); inclusão escolar – progressão continuada, correção de fluxo, avaliação por competências, flexibilização da trajetória escolar; desenvolvimento curricular: o ensino centrado em conhecimentos contextualizados e ancorados na ação; escola democrática e plural – a marca do acolhimento; currículo e cidadania, etc. (PALMA FILHO, 2010, p. 165).

Desta forma a escola passa a ser um produtor de indicadores, mas ela necessita ser muito mais que isso, pois a escola deve ser o local da produção de valores e conhecimentos do saber e não da dor, Não poderia deixar de citar Rebol, falando sobre diferentes tipos de instrução, resvala nas avaliações:

A prova iniciática se distingue, pois das provas que balizam a aprendizagem; estas têm por fim testar pela dificuldade, a habilidade adquirida; aquela é um sofrimento que exprime o sacrifício de si mesmo, condição da integração; quando um aprendiz, um aluno, um conscrito sofre trotes, passa, ao cabo por prova iniciática. Cabe indagar: não estará aí, também, a motivação profunda que explica a dureza inumana de nossos exames, esses ritos de passagem da sociedade moderna? (REBOUL, 1980 p.18).

Variam os entendimentos do que seja a avaliação, pois esta valorização pertence à ideologia do autor, assim vamos encontrar diversos significados atribuídos á avaliação, em comum à avaliação da escola obedece à lógica do capital, e neste campo, as escolas mal avaliadas ficam para segundo plano, mas a

Secretaria da Educação promete apoio para melhorar a qualidade da aprendizagem dos seus alunos e da gestão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação deve ser um processo de ensino-aprendizagem na qual a escola tenha compromisso do desenvolvimento intelectual do aluno, ocorre que nestes sistemas avaliativos a escola está sempre envolvida em atividades concorrenciais com suas parceiras e causa prejuízo à educação e ao aluno.

Todas as formas de avaliação, tanto a somativa, como a formativa, e a avaliação diagnóstica envolvem a classificação e determinação de valor, e tanto a formativa como a diagnóstica podem contribuir para a somativa, determinar o uso de uma ou outra é função do professor na busca de seus objetivos.

E sabido que a avaliação sempre tem uma referencia a valores, julgamento, medidas, mas por trás de cada avaliação, tem várias mentes que brilham e estão ávidas por conhecimentos.

O Governo de São Paulo, através de sua Secretaria da Educação firma uma intenção de consolidar intervenções e tomar decisões a partir dos dados coletados pelas avaliações, e utilizar destas avaliações para definir políticas que contribuam para amenizar os problemas encontrados e elevar a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Entretanto, a simples expressão escrita dessas intenções não constitui uma garantia de que será este o uso dado às avaliações.

Na avaliação do desempenho dos alunos, estas avaliações não são punitivas, e as informações serão indicadores de desempenho da escola, mas para isso é necessário uma maior intervenção nestas unidades escolares, caso seu desempenho não seja o esperado

Os resultados da avaliação deveriam ser o ponto de partida para a tomada de decisões sobre o que deve ser alterado ou aperfeiçoado, um diagnóstico que analise a realidade e ofereça subsídios para a superação dos problemas. Só que é usado na lógica capitalista, assim que a imprensa divulga os resultados das melhores e das piores escolas classificadas pelo SARESP, as melhores escolas fazem a divulgação dos resultados com muita pompa, em muitos casos oferecem viagens e presentes aos alunos, situação inversa ocorre com as escolas mal classificadas, que ocorrem

em alguns casos, de alunos que mudam de escola buscando uma melhor colocada na classificação do SARESP.

A avaliação tem que ser indicador de desempenho do aluno e da escola, mas as colocações da avaliação do SARESP colocam a avaliação como indicador do desempenho da escola, com conseqüências para os alunos.

De todo esse processo avaliativo, fica a questão do aprendizado escolar, que nessa formula adotada pelo Governo de São Paulo, fica refém de uma avaliação, sendo que muitas unidades escolares trabalham seus conteúdos em função desta avaliação.

REFERENCIAS

DAVID, Célia Maria. Reflexos do dilema centralização versus descentralização nas políticas educacionais. Extraído de **Currículo de História - mudanças e persistências: a proposta curricular do Estado de São Paulo**, Franca, UNESP, 2010.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. Em: **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALDONADO, Rosângela Garcia. **Saresp e diversidade textual: perspectivas na formação do leitor**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

PALMA FILHO, João Cardoso. Projeto Curricular e Avaliação. In: **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Gestão Curricular e Avaliação**, São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de graduação, 2007

_____. **A Política Educacional Do Estado De São Paulo (1983-2008)**. São Paulo: Educação & Linguagem, v. 13. n. 21, p.153-174, jan-jun. 2010.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas** (Introdução). Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1999.

REBOUL, Olivier. **Filosofia da Educação**; Tradução e notas de Luis Damasco Penna e J. B. Damasco Penna, 3. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

SANT'ANNA, Flávia Maria de. **Planejamento de Ensino e Avaliação**. 11. ed. Porto Alegre, Sagra, 1988.

SANTOS, M.R; VARELA, S. A avaliação como um instrumento diagnóstico da construção do conhecimento nas séries iniciais do ensino fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. a. I, p.2, ago. - dez. 2007.

SARESP 2004 – SSP/SP. **Parâmetros para a Avaliação Educacional**. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br> – link SARESP 2004.